



CNPJ nº 42.674.604/0001-63  
FONE – (49) 3191-1102 - CEL/Whatsapp - (49) 99970-5294  
defenseg1@outlook.com

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER/SC**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2024**  
**CONTRATAÇÃO Nº 901662024**

**DEFEN TEC VIGILANCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 42.674.604/0001-63, sediada na Rua Brasil, nº 1282, São João, CEP: 88.535-000, Correia Pinto/SC, por intermédio de seu representante legal, Sr. **SANDRO DO PRADO CAMARGO**, portador da Carteira de Identidade nº 4925801, Órgão expedidor SSP/SC, e do CPF nº 076.450.369-31, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso apresentado pela empresa Orbenk Serviços de Segurança LTDA., conforme segue:

## **1. O RECURSO**

No mérito recursal, em síntese, a empresária Orbenk Serviços de Segurança LTDA, manifestou intenção de recurso da decisão do Senhor Pregoeiro na Sessão Pública de julgamento de propostas e habilitação, que entendeu por classificar a proposta e habilitar esta Recorrida, ante a desclassificação das propostas anteriores ofertadas, diante do então lance vencedor com menor preço no certame em epígrafe.

Assim, em suas razões de recurso a Recorrente alega que a planilha de custos apresentada junto à proposta contém erros insanáveis, alegando a inexecuibilidade da proposta ofertada, bem como a inabilitação desta Recorrida por alegado imprecisão no balanço patrimonial e atestado de capacidade técnica que não atenderia ao previsto no edital.

Diante do exposto, a Recorrida apresenta suas contrarrazões, como segue:

## **2. A LEGALIDADE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO DA RECORRIA**

Conforme referido nas razões de recurso, a Recorrida deteve a sua proposta classificada e foi considerado habilitado no pleito, de acordo com a decisão do Sr. Pregoeiro, registrada na Sessão Pública do certame.

Assim, não se olvide que o princípio da vinculação ao edital é instituto de grande importância em se tratando de processos licitatórios, traz equilíbrio e isonomia ao pleito. É exatamente por ter observado mencionado princípio que o acerto da decisão de classificação e habilitação da Recorrida no certame deve permanecer, uma vez que esta cumpriu, sem retoques todas as exigências firmadas no instrumento convocatório, restando todas as reclamações apresentadas na sede recursal sem qualquer esboço de exigência no edital.

Nesta via, como é notório, em sede licitação, a administração não pode exigir nem a

**Rua Brasil, nº 1282, São João, CEP: 88.535-000, Correia Pinto/SC**

mais e nem a menos do que está previsto no edital do feito, e havendo dúvidas sobre a melhor interpretação quanto às disposições contidas no instrumento, a decisão deve direcionar para interpretação que traga maior amplitude a concorrência, preservando a escolha da melhor proposta, que é definida, no caso, pelo menor preço ofertado por empresa capaz de executar o objeto:

**“ O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibições ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias. Além disso, o edital deve ser claro e preciso, não poderá gerar dúvidas nos participantes sobre as suas exigências formais e matérias (...). Logo a inexistência de vínculo lógico entre as exigências e o fim acarreta a invalidade daquele...”** (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 682) – (grifou-se)

Por assim, firmada as exigências de classificação de proposta e habilitação no edital do feito, nenhuma exigência além do definido no ato de convocação pode ser motivo para a eliminação de licitante, sob pena de ilegalidade, ante o desrespeito ao vínculo editalício.

Dito isto, no que se refere aos pontos do recurso, quanto a insurgência sobre a planilha de custos apresentada pela Recorrida junto de sua proposta, as razões recursais supõem as seguintes falhas:

1) O valor da intrajornada cotado está inferior ao determinado em CCT e na legislação vigente. A memória de cálculo adequada deveria ser: R\$ 193,60. No entanto, a Recorrida informou na planilha apenas a importância de R\$ 127,20;

2) A Recorrida cotou o valor do INSS em 373,12, quando deveria ser 541,49;

3) A empresa também não cotou uniformes e equipamentos;

4) Custos indiretos;

5) A empresa declarada vencedora informou um valor referente ao Adicional Noturno e Hora Noturna reduzida inferior ao estabelecido em CCT;

7) Apresentou balanço patrimonial em desconformidade com o Edital;

8) Apresentou atestado de capacidade técnica em desconformidade com o Edital.

Dito isto, no que se refere aos pontos do recurso, ora se passa expor:

## **2.1. A Exequibilidade da Proposta**

No caso, o edital do feito, para fins de classificação e julgamento de propostas, vinculou a demonstração da exequibilidade do valor vencedor na fase de lances à apresentação de planilha de custos, na forma do item 4.1.2. do Edital:

**“4.1.2. proposta comercial com planilha de composição de custos (ANEXO III), indicando os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem a categoria profissional que executará o serviço e as respectivas datas bases e vigência.”**

A administração municipal, por meio do edital, apresentou um modelo a ser seguido, porém, em sede de pedido de esclarecimentos, em resposta a indagação formulada em 06.09.2024, expôs:

06.09.2024

*“...b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante? Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato Excel?”*

*Resposta*

*R: Poderá utilizar desde que em sua planilha conste todos os dados solicitados no modelo fornecido pelo município.”*

Com isto, como melhor forma de composição, a Recorrida apresentou a planilha de custos nos moldes previstos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme a IN 05/2017, uma vez que, por critérios objetivos, prevê os custos correntes para serviços, sobremaneira os relacionados com encargos trabalhistas.

Assim, no que se refere à insurgência sobre as planilhas de custos apresentadas pela Recorrida junto de sua proposta e, após, em diligência, as razões recursais supõem que a Recorrida não poderia cumprir com o objeto do contrato por conter alegados vícios na composição dos custos.

Ora, tal situação já foi avaliada e chancelada pela administração quando da diligência formulada durante à fase de julgamento de proposta, na qual foi solicitado, dentre outros requisitos, que a Recorrida demonstrasse a possibilidade de cumprir com o valor lançado, por meio de documentação, ante a planilha final encaminhada para os serviços noturno e diurno.

Logo, levando em consideração que a empresa Recorrida é optante do regime de tributação pelo SIMPLES Nacional (comprovante anexo a proposta apresentada em diligência), expõe, conforme o Acordo Coletivo de Trabalho inerente (também anexo à diligência), que os custos apresentados na respectiva tabela, observadas as características de tributação do regime, estão todos corretos, inclusive no que se refere à incidência de impostos e demais tributos, mormente as contribuições incidentes.

Como é notório, o SIMPLES Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Diante disto, os tributos: impostos e contribuições, dos Entes Federais são condensados, declarados e pagos de forma unificada pela DAS, com alíquotas menores, com intuito de preservar e beneficiar as micros e pequenas empresas. Os tributos englobados são IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social, bem como isenta do pagamento uma seria de contribuições sociais e patronais.

Com este panorama, a empresa Recorrida apresentou a tabela com os custos, principalmente tributários, conforme a condição de optante do SIMPLES Nacional e de acordo com a

CCT inerente, não havendo qualquer vício ou irregularidade, como ora expõe:

a) o valor da intrajornada cotado está adequado à determinado em CCT da região e na legislação vigente, pois a Convenção prevê a aplicação de 1 hora para cada dia trabalhado na jornada 12X36, ficando o cálculo correto: remuneração R\$ 1.865,60/220horas = 8,48 (diária) x 15dias (regime de 12x36) = 127,20.

**INTERVALOS PARA DESCANSO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - INTERVALO INTRAJORNADA**

Fica facultado ao empregador reduzir o tempo de concessão do intervalo para repouso ou alimentação, disposto no art. 71 da CLT, para 30 minutos.

**Parágrafo Primeiro:** A redução de que trata o *caput* somente é válida nos casos em que o intervalo intrajornada é usufruído pelo empregado, não sendo devido pelo empregador qualquer valor em razão da redução convencionada.

**Parágrafo Segundo:** Excetua-se ao *caput* as jornadas de 12 horas (escalas 12x36 e 6x12) em que o intervalo intrajornada concedido ou indenizado será sempre de 1 (uma) hora, o qual possui natureza indenizatória.

b) O valor do INSS também está correto, posto que a empresa beneficiada pelo SIMPLES, pela sua renda bruta e base de cálculo, apresenta alíquota diferenciada de prestadora de serviços de vigilância (14%), com o valor de recolhimento do INSS de R\$ 373,12, diverso do exposto pela Recorrente, uma vez que usa a legislação e a base de cálculo de empresa não vinculadas ao SIMPLES.

c) no que se refere ao não preenchimento de encargos com fardamento e equipamentos, a Recorrida, por possuir largo estoque de vestuário, EPI's e equipamentos, dimensionou a sua proposta à resposta do esclarecimento formulado na data de 06.09.2024, onde a administração se posicionou:

06.09.2024

*“... c) Os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?”*

*Resposta*

*“c) Os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?*

*R: Sim”*

Conforme acima exposto, ante o princípio dos *motivos determinantes*, a administração vincula-se aquilo que responde em sede de esclarecimentos, logo, nenhuma ilegalidade é observada pela forma como a Recorrida preencheu a tabela de composição de custos no campo em questão.

d) A No que se refere aos custos indiretos, não foram calculadas posto que não presentes na tabela de composição de custos exposta como modelo da administração. As taxas administrativas (tributos que não incidem no custo direto do empregado), são inerentes à atividade da empresa (taxa de localização, taxas de polícia diversas, etc), e são suportadas pelos lucros decorrentes de todas as suas contratações.

e) O Adicional da Hora Noturna e o Adicional da Hora Noturna Reduzida dos serviços prestados na espécie, estão de acordo com o CCT vigente, uma vez que há necessidade da jornada de trabalho por turnos (12X36) com no mínimo 04 funcionários no sistema, para cada posto, com uma média de 15 - 16 dias/mês laborados para cada trabalhador, e somente será acrescida para aqueles efetivamente submetidos ao trabalho entre às 22:00 hs de um dia até 05 hs do outro, que não ultrapassará a 15-16 dias mês para cada, circunstâncias que justificam os valores registrados na forma da planilha, uma vez que, como detalhado nos custos, o valor da hora noturna, no caso, foi calculado com **margem**, posto que a hora normal acrescida de **20%, redunda em valor compatível para os encargos dos que efetivamente foram registrado na tabela apresentada.**

Portanto os cálculos estão alinhados ao que determina o CCT vigente:

**B) 12 x 36 Noturno**

- Salário base
- Adicional noturno
- Reflexo do adicional noturno sobre o DSR

- 
- 1 hora normal a título de hora noturna reduzida com acréscimo de 20% de adicional noturno por hora trabalhado (pagamento do valor da hora normal acrescido de 20%)

f) A Recorrida cotou a carga tributária na planilha na qual está submetida, qual seja, aba “Tributos” da Tabela, compatível com o SIMPLES Nacional, **o qual inclui os impostos, contribuições e encargos devidos pela empresa, ou seja, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS (ISSQN), RAT, dentre outros, sendo decompostos o IRPJ e o ISS na tabela por solicitação desta administração,** tal circunstância não redunda em benefício indevido, ao contrário, deriva de comando expresso em lei.

No mais, reitera-se os argumentos lançados quando do cumprimento da diligência solicitada.

Com efeito, foi realizada diligência via *chat*, na data de 01.10.2024, solicitando o seguinte:

*“Para 42.674.604/0001-63 - 12 – A margem de lucro com o qual a empresa pretende trabalhar é de 0,37%. Caberia talvez se certificar com a empresa, inclusive solicitando algum documento adicional, de que a empresa cumprirá o contrato integralmente, mesmo com uma margem de lucro tão baixa.”*



Nesta toada, de acordo com o lá esclarecido, a Empresa possui ou executou recentemente contratos com outros entes municipais, em todos cumpriu ou vem cumprindo fielmente seus encargos, podendo citar contratações junto às Prefeituras de Ponte Alta/SC, Major Vieira/SC, Correia Pinto/SC, Otacílio Costa/SC, Braço do Norte/SC, Porto Belo/SC, com custos mensais para cada vigilante empregado que pouco destoam, respeitadas as peculiaridades desta contratação, do valor mensal constante no lance melhor colocado.

No Presente certame, o valor global desta empresa foi de R\$ 236.832,00 (duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais), com valor mensal de R\$ 19.736,00 (dezenove mil, setecentos e trinta e seis reais), com a média, conforme tabela de composição de custos, entre jornada de trabalho diurna e noturna, para cada vigilante empregado (total de 4), de R\$ 4.934,00 (quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais), com a hora trabalhada de R\$ 22,42 (vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Como exemplos atuais, consta do contrato (anexo à diligência), vigente junto à Prefeitura de Major Viera/SC, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 032/2023, pactuado na data de 04.03.2024, em que esta empresa fornece o serviço de segurança desarmada (notas fiscais anexas), por vigilantes regulamente contratados e certificados pela Polícia Federal do Brasil para as escolas municipais, pelo valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais) a hora trabalhada, o que acarreta o valor mensal, por vigilante (R\$ 21,00 x 220 horas) o montante de R\$ 4.620,00, compatível, e proporcional ao valor lançado e vencedor deste certame.

Da mesma forma, para a Prefeitura de Porto Belo/SC, consta do contrato recente (anexo à diligência), decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 063/2024, pactuado na data de 07.08.2024, em que esta empresa fornece o serviço de segurança desarmada, por vigilantes regulamente contratados e certificados pela Polícia Federal do Brasil para a Unidade de Pronto Atendimento – 24 horas, pelo valor de R\$ 22,36 (vinte e dois reais e trinta e seis centavos) a hora trabalhada, o que acarreta o valor mensal, por vigilante (R\$ 22,36 x 220 horas), o montante de R\$ 4.924,82 (valor global, com 8 vigilantes, de R\$ 472.800,00), com valor da hora trabalhada compatível e proporcional ao valor lançado e vencedor deste certame.

Portanto, conforme acima exposto, a empresa com o valor ora ofertado no pleito, mesmo para o cargo/função de vigilante, obtém margem lucrativa, e, por consequência, perfaz a proposta exequível.

Diante disto, cabe expor, que a tabela entregue apenas exprimiu o custo médio e elementar de um vigilante mês a mês, na situação solicitada no edital, possui apenas caráter instrumental, sendo que o lucro refletido é apenas estimativo, pois uma serie de custos previstos, como a previsão de recisão, via de regra de não ocorrem, e quando acontecem são albergados pela própria empresa, tanto quanto os custos com o seguro de vida, invalidez e funeral, os quais a empresa, até por força legal e de autorização junto à Polícia Federal, contrata para cada um de seus colaboradores. Nesta via, em decisão escolar, o Tribunal de Contas da União definiu:

**“...Quanto se realiza licitação pelo menor preço global, interessa primordialmente para a Administração o valor global apresentado pelos licitantes. É com base nesses valores apresentados que a Administração analisará as propostas no tocante aos preços de acordo com os dispositivos legais pertinentes (por exemplo, a exequibilidade dos valores ofertados, a compatibilidade com os preços de mercado e a prática ou não de valores abusivos).**

**(...)**

**A respeito, ainda no sentido do caráter instrumental das planilhas, trago as**

seguintes considerações constante do voto condutor do Acórdão 963/2004-Plenário:

“6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos.”

Não é demais lembrar que a Administração não pagará diretamente pelos encargos trabalhistas indicados na planilha, pois são eles de responsabilidade da contratada. Não interessa para a contratante, por exemplo, se em determinado mês a contratada está tendo gastos adicionais porque muitos empregados estão em gozo de férias ou não. À contratante interessa que haja a prestação de serviços de acordo com o pactuado. Ou seja, a planilha de formação de custos de mão de obra constitui um útil ferramental para a análise do preço global ofertado, mas não constitui em indicativos de serviços unitários a serem pagos de acordo com a sua execução, como quando ocorre com os serviços indicados no projeto básico de uma obra pública, os quais são pagos de acordo com o fornecimento de cada item unitário.

Aliás, nem poderia ser diferente, pois a contratação prevê um pagamento fixo mensal e os valores dos encargos trabalhistas indicados estão sujeitos a variações que escapam ao controle das partes contratantes (v. g., aviso prévio indenizado, auxílio doença, faltas legais, licença maternidade/paternidade, faltas legais, etc.). Desta forma, os valores correspondentes aos encargos são meras estimativas apresentadas pela licitante, de forma que eventuais divergências entre o apresentado e o efetivamente ocorrido devem ser considerados como inerentes aos riscos do negócio, impactando positivamente ou negativamente sobre o lucro da contratada.

(...)

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

(...)

Desta forma, concluindo o raciocínio, entendo que eventuais falhas constantes das planilhas de custos unitários indicativos dos custos de formação de obra terceirizada devem ser adequadamente sopesadas de acordo com os objetivos instrumentais dessa planilha, de forma a não serem desclassificadas propostas mais vantajosas para a Administração e cujos

**preços atendam aos requisitos legais.”** (TCU - Acórdão 4.621 - 2ª Câmara) - (grifou-se)

Portanto, a tabela de composição de custos é um instrumento que auxilia na verificação das condições ideais para que a licitante execute o serviço, mas não pode, por si só, indicar a inexecutabilidade de valores, sem outros elementos que efetivamente concluam pela impossibilidade de se realizar o serviço com o montante ofertado, ainda que com previsão de lucro baixo para fins de composição, o qual não se reflete, necessariamente, na prática cotidiana do mercado para a atividade.

Destarte, nos termos do artigo 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a capacidade de fornecer o serviço por meio da proposta lançada no pleito foi amplamente demonstrada, por documentos fidedignos e hábeis.

Com relevo, senão ser por se ater à tabela de custos apresentada, a Recorrente não demonstra por meios evidentes outros, que a proposta ofertada é efetivamente inexecutável, sequer junta contratos, seja da própria, ou de outras empresas, que demonstram que não é possível atuar no mercado com o valor ora proposto, além de forma rígida ao preenchimento da tabela de composição de custos, sem colocar qualquer outro elemento que aponte, ao teor do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, que objetivamente o valor proposto por essa Recorrida é inexecutável.

Ante todo o exposto, conforme solicitado, pela documentação anexa à resposta entregue quando da diligência realizada na data de 01.10.2024, como o ora apresentado, comprova que possui condições de cumprir com a contratação requerida, perfazendo a o valor da proposta apresentada plenamente executável.

## **2.2. O Balanço Patrimonial**

A Recorrente sustenta, em sede de habilitação, que balanço patrimonial apresentado pela Recorrente não atende ao previsto em Edital.

Neste passo, no que se refere à habilitação econômico financeira exigiu o Edital como requisito próprio:

**“7.3.2. Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial (devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante);**

**7.3.2.1. Para comprovação da letra "7.3.2", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);**

**7.3.2.2. Não serão aceitos balancetes não registrados.**

**7.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, com a apresentação do termo de abertura, devidamente registrado.**

**7.3.4. Os índices financeiros apresentados no balanço patrimonial deverão ser maiores do que 1, exceto o de endividamento que deverá ser menor que 1. Caso os índices não sejam apresentados, ou os valores diferentes do solicitado, o patrimônio líquido deverá corresponder à 10% do valor da contratação.”**

Assim, nos termos do Edital a Recorrida apresentou o seu Balanço Patrimonial e demais demonstrativos, sendo que tangente à demonstração dos lucros e prejuízos acumulados, por se tratar



de empresa vinculada ao SIMPLES NACIONAL, lhe é permitido a realização de balanço simplificado, bastando inserir no próprio documento o resultado do exercício para os lucros e prejuízos acumulados, como efetivamente consta:

LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	493.849,66C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	493.849,66C
LUCROS ACUMULADOS	537.713,91C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	43.864,25D

Claramente equivocada a insurgência, até porque os documentos para fins de habilitação econômico-financeira detêm como fim demonstrar a boa condição econômica da empresa, assegurando que detêm condições para cumprir com a contratação.

Logo, afora as futilidades, pela maneira exigida no Edital do feito, pelos indícios e o próprio patrimônio líquido desta Recorrida, não é sustentável, ainda mais sobre o prisma da formalidade moderada que deve permear os processos licitatórios, normatizado pelo teor do artigo 12, inciso III, da lei nº 14.133/2021, a hipótese de inabilitação pelo ora tratado.

### 2.3. O Atestado de Capacidade Técnica

Por fim, sustenta a Recorrente que atestado de capacidade técnica apresentado pela Recorrente não atenderia ao previsto no Edital.

Pois bem, no que se refere a qualificação técnica, exigia o Edital:

**“7.4.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter executado os serviços de execução semelhante ao objeto da licitação.**

**7.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**

**7.4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.**

**7.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.**

**7.4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.”**

Com isto, no que tange às exigências expostas, para fins de habilitação, esta Recorrida apresentou o Atestado de Capacidade Técnica extraído de contratação junto à Prefeitura de Correia Pinto/SC, realizada no ano de 2023.

Portanto, como se observa do atestado de capacidade apresentado, o mesmo é decorrente do Pregão Eletrônico nº 35/2023 (Ata de Registro de preços anexa ao Atestado



CNPJ nº 42.674.604/0001-63

FONE – (49) 3191-1102 - CEL/Whatsapp - (49) 99970-5294

defenseg1@outlook.com

apresentado), o qual previa como objeto a contratação de empresa de vigilância desarmada para as escolas municipais, para todo o ano letivo; ou seja, é **compatível em características, quantitativos e prazos**. Assim, compatível é o atestado apresentado com o objeto licitado, cumprindo plenamente com o exigido pelo Edital.

Nesta via, observa-se que a decisão do Senhor Pregoeiro foi inteiramente acertada em classificar a habilitar a Recorrida, posto que cumpriu com todas as determinação e exigências formuladas pelo instrumento licitatório.

### **3. O REQUERIMENTO**

Ante todo o exposto, Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, pugna a Recorrida pelo recebimento das presentes razões contrarrecursais, para julgar improcedente as razões de recurso, mantendo-se a decisão de classificação da proposta e habilitação da Recorrida, ante ter cumprido com todas as exigências expostas no edital, prosseguindo o feito com a adjudicação da proposta vencedora.

Termos em que pede e espera deferimento.

Correia Pinto (SC), 10 de outubro de 2024.

**SANDRO DO PRADO CAMARGO**

**CPF nº 076.450.369-31**

**Sócio/Administrador**